

Questão 1

Ainda que não seja possível estabelecer uma data específica para a imissão do processo que culminou com a aprovação da lei 10.629/03, que obriga a inclusão da História e Cultura da África e dos afrodescendentes na educação Básica no Brasil, certamente a década de 1980 foi fundamental por ~~três~~ três motivos: a consolidação do Movimento Negro Unificado (1979), que foi ~~uma~~ importantíssima para a denúncia da situação do racismo no Brasil e como grupo de pressão política para o reconhecimento, por parte do poder público, do que a ~~Brasil~~ Brasil permaneceu sem ~~uma~~ uma política a respeito, motivo foram as comemorações do Centenário da Abolição da escravidão em 1988 que, juntamente com a ~~ação~~ do Movimento Negro Unificado (MNU) denunciou a falácia da "Democracia racial" e centrou esforços em exigir políticas públicas para o combate ao racismo. O terceiro fator, que ~~atua~~ a sedimentar juridicamente e legalmente ~~três~~ três reivindicações, foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu a ~~racismo~~ racismo como crime inafiançável.

Apesar dessa importante conquista, no contexto escolar não houve mudanças significativas. A educação fundamental para o combate ao racismo e as demais formas de discriminação, permaneceu, ao longo da década de 1990, quase que ~~alheia~~ alheia à questão da ~~raça~~ raça não incluídas nos currículos escolares temas referentes à história da África e dos afrodescendentes. Nos livros didáticos e nos aulas de História a África permanecia sendo representada como mera fornecedora de escravos, um lugar sem história, vítima de colonizadores e sem futuro. Por sua vez, os escravos eram retratados como dóceis, vítimas passivas, ou que apenas ~~almejavam~~ almejavam fugir para quilombos.



Mesmo os professores interessados em discutir o tema da História da África e dos afro-brasileiros tinham muitas dificuldades para ensinar essas disciplinas de maneira adequada e satisfatória.

No ano 2000 houve um importante avanço com a criação, durante o governo Faria de Lima, Secretaria para a promoção da igualdade racial. Na mesma época houve os movimentos negros, foram criados centros de estudos e visibilidade social demonstrando seu poder de pressão por políticas mais efetivas de promoção de igualdade racial e de valorização da História e cultura negra no Brasil. Foi nesse contexto de pressão não apenas dos movimentos negros, mas também da sociedade civil, de professores, pesquisadores, OAB's, estudantes, que foi aprovada a Lei 10639/03.

No entanto, apesar da importância da legislação, na prática novos problemas surgiram: Como ensinar esse conteúdo? Quais os materiais disponíveis para os professores? Haverá tempo para tratar de mais conteúdos em currículos que já se apresentam sobrecarregados? Devido a isso e outras questões, houve muita resistência de coordenação, docentes e discentes que se ignoravam a lei ou a cumpriram apenas no papel.

Na realidade, os primeiros anos da vigência da Lei 10639 demonstram o quanto a mesma (conhecida a uma certa acomodação) era forte nos escolas e mesmo em secretarias e diretoria de ensino.

Em termos curriculares, essa lei provocou verdadeiros abalos por entender que o tema da cultura e história afro-brasileira deveria passar todos os níveis de ensino e não somente a História e arte. Dessa modo a Lei 10639 provocou um grande impacto por exigir, na prática, a interdisciplinaridade no tratamento dessas questões, o que, certamente provocou resistência e recusas por



ser algo ali então pouco praticado na vida

Apesar da dificuldade e resistência, é importante considerarmos que houve avanços significativos em decorrência da vigência dessa lei.

Porém anos depois as PCN's traziam o Tema do Conteúdo de denominação como Tema Transversal (Cidadania), as linhas orientadoras começaram a incluir mais temas de História da África e da cultura, luta e resistência dos negros no Brasil. Tal processo foi incentivado pelos movimentos negros e nos exames vestibulares, que passaram a "cobrar" tais temas.

Ademais, a produção bibliográfica cresceu consideravelmente e as surgimento de disciplinas e especializações universitárias na área de História da África começaram a gerar frutos e com as novas gerações de professores. Esse avanço foi visível não apenas na História, mas em outras áreas. Atualmente, a literatura Africana de língua portuguesa faz parte da maioria das disciplinas dos cursos de licenciatura em Letras e a literatura afro-brasileira começa ser pouco a pouco debatida nas escolas.

Evidentemente, ainda existem muitas dificuldades. Ainda é comum, infelizmente, que muitos temas sobre a História africana e afro-brasileira sejam postergados por "falta de tempo" ou deliberadamente evitados pela não compreensão que se consideram "difíceis" ou mesmo importantes.

Apesar de tais problemas, é inegável o enorme movimento que a Lei 10639 por trazer as questões a reflexão sobre esse tema, ainda que a prática em sala de aula seja bastante heterogênea. A lei garante ao ensino cada vez mais a conscientização de docentes, funcionários, alunos, pais, em suma,

Todas aquelas compreendidas com uma sociedade mais justa e igualitária.

Questão 2

Para iniciar o debate sobre a implementação das leis 10639/03 e 11645/08 na formação inicial e continuada de professores de História é interessante destacar a diferença no caso de aprovação das duas leis. Essa diferença não é crucial e aponta para uma divergência entre as duas grupos historicamente marginalizados no Brasil em termos de visibilidade social e poder político. Apesar de ambos serem discriminados os indígenas no Brasil sempre tiveram muito menos visibilidade social e poder de pressão sobre o poder político em comparação com os negros. São várias as razões para esse contraste. Em primeiro lugar temos o quociente demográfico. Negros (Pretos) e pardos ~~quase~~ não mais de 50% da população de acordo com o IBGE enquanto os indígenas são apenas 0,3%. Em segundo lugar, a maioria dos indígenas está dispersa em regiões interiores e/ou periferias tendo portanto, menos visibilidade. Um terceiro motivo é a maior dificuldade de acesso universitário e o cargo político por parte dos indígenas o que dificulta o seu reconhecimento pela sociedade mais abrangente e a elaboração de políticas públicas a seu favor. Um último fator a considerar é a difícil situação de democratização das terras indígenas que, além de ser fundamental para a sobrevivência dos indígenas, de suas culturas, seu modo de vida, interfere ~~em~~ nos interesses de uma volta a esta latifundiária que, apesar de concêntrica, segue sendo o grupo social mais poderoso no Brasil pelo momento é controlado por qualquer governo e os inúmeros conflitos que ocorrem em seus "domínios" (trabalho escravo, assassinato de lideranças indígenas, roubo, ataque a aldeias indígenas, ~~de~~ crimes ambientais) frequentemente. Seguem alguns

Dentre as diferenças entre os indígenas e os afrodescendentes no Brasil não tem sido quaisquer distorções, mas sim ações a compreender o ~~o~~ porquê de a legislação que determina o ensino de História e Cultura Indígena nos municípios e sua aplicação nos municípios brasileiros ser mais difícil e precária. Apesar de haver muitas dificuldades e limitações por onde se que, nos últimos anos, houve avanços na formação inicial e continuada dos professores de História com relação aos temas de que trata a Lei 10639 - Currículo nas disciplinas de História da África e dos afro-brasileiros nos cursos de licenciatura em História além de ~~as~~ linhas de pesquisa sobre esse tema que não dão a devida importância até doutorados. Muitas linhas de pesquisa nas áreas de História Social passaram a abrir novos espaços para a questão da raça no Brasil ~~o~~ as áreas do tradicional "foco nos "problemas" e "líneas dominantes". Se a formação inicial teve avanços consideráveis nos últimos anos (particularmente com relação à pesquisa), a situação já é bem diferente com relação à formação continuada que é fundamental para os professores mais antigos ~~o~~ (formados antes da Lei 10639) que muitos ainda vivem sobre esse tema em sua formação acadêmica.

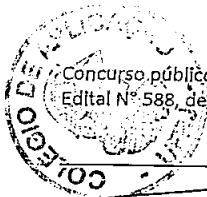
Apesar de ainda ser insuficiente, alguns livros publicados recentemente ~~por~~ direcionados para a formação continuada dos professores de História estão disponíveis, como o de Valente Moura (Superando o racismo nas escolas) e o de Luciano Costa (História e Cultura Afro-brasileira). Todavia, cursos, oficinas e palestras direcionadas aos professores continuam a ser oferecidas, por parte de secretarias de educação e diretórios de ensino, somente na semana da consciência negra.

Com relação à aplicação da Lei 11645/08 a situação é ainda mais dramática. É muito raro haver qualquer disciplina

Uma coisa de característica em História sobre os indígenas no Brasil - Busse sempre a primeira disciplina de História do Brasil (às vezes chamada História da América Portuguesa) se inicia com os navegantes e as características da colonização portuguesa no Brasil. Ademais, ao contrário do que ocorre com os afro-brasileiros, e' raro haver cursos de extensão sobre povos indígenas ou pesquisas sobre os indígenas brasileiros. Muitos historiadores ainda acreditam (de maneira velada) que os indígenas devem ser estudados pela antropologia ou arqueologia. Tanto é assim que talvez o mais importante livro sobre a história indígena no Brasil (História dos Índios no Brasil) é assinado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha.

Se a deficiência na formação inicial chega a um nível, infelizmente e inevitavelmente a formação continuada e tão precária quanto. Percebe-se que na "Diáspora Índia" (em alguns lugares semana da Índia) há uma enorme dificuldade por parte dos exaltes, dos docentes, da diretoria, secretaria de educação, etc. de organizar uma programação e oferecer cursos e palestras de formação continuada.

Apesar do quadro atual da aplicação da lei 11.645 e duvidoso. Enquanto que a tentativa de fazer melhorar na aplicação da lei 10639. Uma vez que ela está no mesmo nível provavelmente presente na formação inicial dos professores de História, os mesmos não se pode dizer da lei 11.645. Apesar desse quadro, a aprovação dessa lei é um importante passo para, ao mesmo tempo, chamar a atenção sobre sua temática e demandas não. Porém, enquanto não houver previsão para a aplicação dessa lei por diversos grupos sociais e não apenas os indígenas (como ocorreu com a lei 10639) em quadros normativos, infelizmente, por vários anos a frente.



Questão 3

O planejamento de atividades didáticas sobre a história indígena no Brasil parte muito pouco de estudos para estado e cidade para cidade de acordo a presença (histórica ou atual) indígena no local. Assim, ~~(para o objetivo proposto)~~ o planejamento a seguir considerará a história de uma escola no Rio de Janeiro.

1) O objetivo central da proposta é perceber semelhanças e diferenças, rupturas e continuidades na história e cultura indígena do Rio de Janeiro. Não havendo, portanto, um corte cronológico rígido.

Atividade 1: Realizar, juntamente com os alunos um levantamento dos aldeões e grupos étnicos existentes na história da cidade ou áreas próximas. Em seguida pedir aos alunos que busquem informações sobre a presença indígena no local bem como a particularidade cultural de cada etnia em livros e internet e 1) objetivo é desenvolver a dificuldade de encontrar informações, ~~por~~ problematizar com os alunos a por que não há os limites da informação escrita.

Atividade 2: 1) conhecer e/ou a coordenação/direção da escola avaliar a possibilidade de organizar uma visita a alguma aldeia (que aproxime e comore principalmente com o tipo de atividade) junto com os alunos. 1) objetivo seria conhecer a comunidade, estar em contato ~~com~~ e valorizar suas culturas oral e material, ou, saberes tradicionais e costumes, mas também as mudanças que ocorrem em comunidade indígena (como o acesso à eletricidade, telefonia e produtos industrializados). É fundamental trazer essa problematização para os alunos pois há uma forte presença no Brasil que considera que o indígena



mão para muitos não modernizar nada nem "perder sua identidade". O contato hávia com a cultura local é fundamental para esse destino. Caso não seja possível visitar uma aldeia, a escola pode convidar um membro para dar palestras e oficinas sobre a História e Cultura de sua etnia, ou as atividades serem as mesmas porém os resultados serem diferentes.

Atividade 3 - Pesquisa sobre os Sambaquis e a arqueologia da litoral Brasileira. O objetivo nessa atividade é um pouco mais sobre as origens habitante da litoral Brasileira e a sua arqueologia. Começar os trabalhos sobre seu modo de vida. Considerando que há enorme sítio de Sambaquis no Rio de Janeiro (Ponto dos Quinze Anos), uma Comissão local poderia fazer uma reunião e um dia, após uma pesquisa realizada pelo professor sobre os sambaquis, sua característica. Caso não seja possível, se cogitar a possibilidade de convidar um pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro para falar sobre a arqueologia Sambaquieira. A grande central dessa atividade é demonstrar a diversidade cultural não apenas entre as diferentes comunidades de sambaquis, mas também entre uma cultura com a das indígenas, etnia que não possuem qualquer relação com os Sambaquis, demonstrando que "Índios não é tudo igual" e que a cultura indígena, como qualquer outra, é viva e dinâmica.

Atividade 4 - Visita ao Museu Nacional do Rio de Janeiro especialmente para ver as coleções de arte e arqueologia indígena



Além dos conteúdos apreendidos, o contato com a cultura material é fundamental nos desenvolver sua sensibilidade e inteligência.

Atividade 5 - Aula expositiva-dialógica sobre a questão indígena no Brasil contemporâneo. O objetivo é conscientizar e sensibilizar os alunos sobre com relação aos problemas e aos grandes desafios enfrentados pelos indígenas. Deve-se destacar a "Ordem" a que um grupo indígena resistiu constantemente (como o caso do índio Getálio Guaraná, morto em um "Bombardeio" de três soldados, em 1997), a organização da demarcação de terras (destacando claro que a luta de Terra por parte dos indígenas não é a mesma que ^{o que} predominava entre os grupos indígenas) e do reconhecimento da diversidade ~~de~~ dos povos indígenas. O objetivo principal é proporcionar uma formação cidadã aos alunos ~~por~~ promovendo a tolerância, o respeito e a apreço pelo diferente e o respeito à diversidade de opiniões, na sala de aula.

~~(A grande conquista)~~